

Câmara da licença à Bolsonaro para gastar R\$ 41,2 bi na eleição**GASTOS DE R\$ 42,1 BI****PEC ELEITORAL PASSA COM VOTO VIRTUAL****Lira manobra para garantir quórum e manter estado de emergência**

FERNANDA TRISOTTO
 fernanda.trisotto@globo.com.br
 BRASILIA

Após uma manobra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para garantir quórum, os deputados concluíram ontem a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) Eleitoral. O texto institui estado de emergência no Brasil até o fim do ano e autoriza o governo Jair Bolsonaro a gastar R\$ 41,2 bilhões para conceder benefícios a menos de três meses das eleições, nas quais ele busca um segundo mandato. Como não houve mudança no texto já aprovado no Senado, o projeto será promulgado esta semana pelo Congresso, o que abre o caminho para o Executivo iniciar os pagamentos já em agosto.

O texto-base da proposta foi aprovado em primeiro turno na noite de terça-feira. Pouco depois, no entanto, a sessão foi suspensa por causa de um apagão nos sistemas eletrônicos da Câmara. Ao retornar a sessão ontem pela manhã, Lira lançou mão de mais um artifício, entre os que já havia adotado, para garantir a aprovação da proposta sem mudanças.

APENAS 17 VOTOS CONTRA
 Lira baixou um ato da Mesa Diretora para assegurar que deputados que já estavam fora de Brasília pudessem garantir o quórum, permitindo o registro remoto de presença. Atualmente, essa



Estratégia. O presidente da Câmara, Arthur Lira, permitiu que parlamentares votassem remotamente, o que só era possível nas sessões de segunda e sexta-feira

modalidade só pode ocorrer às segundas e sextas-feiras. Com isso, deputados que voltaram para os seus estados puderam votar e marcar presença por seus celulares.

Com apoio maciço da oposição, no segundo turno, 469 deputados votaram a favor da PEC. Outros 17 votaram contra — no primeiro turno foram 14 —, e houve duas abstenções. Apesar das críticas ao texto, a oposição orientou favoravelmente nos dois turnos. Somente o Novo orientou e votou contra a PEC.

O que preocupava o governo, porém, era a possibilidade de derrubada do estado de emergência previsto no texto. Essa retirada foi proposta em destaque do PT. O governo considera esse mecanismo necessário para driblar a lei e blindar o presidente Bolsonaro de eventuais problemas com a Justiça Eleitoral. A legislação proíbe a concessão de aumento ou a criação de benefícios em ano de eleição, abrindo exceção apenas em casos de calamidade ou emergência. Para contornar isso, o texto articulado pelo governo no

Congresso prevê o estado de emergência relacionado ao preço dos combustíveis. A votação na terça-feira foi suspensa justamente quando os deputados começaram a discutir a derrubada da emergência, e havia dúvidas entre a própria base aliada sobre manter o texto original. — Hoje, para garantir o voto dos seus aliados que estão

Congresso prevê o estado de emergência relacionado ao preço dos combustíveis.

A votação na terça-feira foi suspensa justamente quando os deputados começaram a discutir a derrubada da emergência, e havia dúvidas entre a própria base aliada sobre manter o texto original.

— Hoje, para garantir o voto dos seus aliados que estão

não sei onde, muda-se a regra novamente, e tudo pode ser feito de maneira virtual. O que está acontecendo aqui é um descalabro, um absurdo, com o presidente da Câmara, autoritário, fazendo um regimento dele, e não o da Câmara — criticou o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ).

MUDANÇA DE REGRA

Na justificativa para garantir a votação virtual, Lira disse que manteria essa regra para todas as sessões até 31 de julho de 2022, “de modo a otimizar os trabalhos da Casa, revelando-se medida ágil, prática e moderna para a finalidade a que se propõe, a par de viabilizar a conciliação dos trabalhos desenvolvidos pelos parlamentares no processo legislativo e em suas bases.”

— Sabemos que, quando se vota uma PEC, o interesse de colocar um quórum maior é somente de quem quer aprová-la. Não interessa o número de votos contrários à PEC, só interessa o número de votos favoráveis. Então, cada voto extra conta para quem quer aprová-la, e essa mudança no ato da Mesa de ontem para hoje veio simplesmente para beneficiar e facilitar a aprovação dessa PEC — rebateu o deputado Thiago Mitraud (Novo-MG).

Com a votação remota, 361 deputados votaram pelo estado de emergência, e 142, pela rejeição. Eram necessários 308 votos para manter a PEC sem alterações.

Os deputados rejeitaram todas as demais propostas de alteração no texto, como tentativas de estender o prazo de duração do Auxílio Brasil de R\$ 600, previsto para ir até dezembro. Com isso, evitou-se nova votação no Senado.

A PEC foi desenhada pelo governo para alavancar a campanha de Bolsonaro e dar uma resposta à alta da inflação. A medida amplia benefícios como o Auxílio Brasil e o vale-gás e cria outros como o “Pix Caminhoneiro” e o auxílio para taxistas, liberando gasto total de R\$ 41,2 bilhões. Tudo será feito fora das regras fiscais, como o teto de gastos (que impõe um limite para as despesas federais) às vésperas da eleição.

ATROPELANDO OS TRÂMITES

A manobra do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para conseguir quórum e votar ontem a PEC Eleitoral foi apenas uma das estratégias usadas pelas lideranças governistas do Congresso para driblar prazos e acelerar a aprovação da proposta. Também houve pressão no Senado.

Quebra de interstício

Além da própria votação remota, Lira conseguiu aprovar a quebra do interstício, que é o tempo regimental entre duas votações, para a votação em dois turnos. Pelo regimento da Casa, seria necessário esperar cinco sessões entre um

turno e outro. Se a Câmara fosse levar em conta o trâmite normal, os debates poderiam durar pelo menos quatro meses.

Sem CCJ

Para acelerar a tramitação do texto na Câmara, a PEC Eleitoral foi

apreciada juntamente com a PEC dos Biocombustíveis, sobre competitividade do etanol. Esta última já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e estava na comissão especial encarregada. Na Câmara, o rito de tramitação de PECs inclui a avaliação por CCJ, comissão especial e

plenário. A primeira etapa é a análise da admissibilidade na CCJ, cuja pauta é determinada pelo presidente do colegiado. Se aprovada, é montada uma comissão especial, que tem prazo de 10 a 40 sessões para analisar o texto. Todo esse trâmite foi acelerado com a junção das duas PECs.

Também no Senado

Um acordo também dispensou a PEC Eleitoral de tramitar pela CCJ do Senado. A proposta foi analisada diretamente no plenário e aprovada em dois turnos em um único dia, na semana passada. (Eliane Oliveira)

Bolsonaro: recorde de emendas à Constituição em apenas um mandato



Em apenas um mandato, o presidente Jair Bolsonaro aprovou um recorde de emendas à Constituição. O total chegou a 117 alterações, sendo que 100 foram aprovadas em primeira votação e 17 em segundo turno. As mudanças incluem a criação de novos cargos, a alteração de prazos e a flexibilização de regras. A maioria das emendas foi aprovada por ampla maioria no Congresso Nacional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11 a 13